

DIREITO DOS RECURSOS NATURAIS E DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Tópicos de correção do Exame – 18.01.2022 – 90mn

Ano Letivo 2021/2022

I.

Enquadramento do princípio no âmbito da gestão racional de recursos naturais, em termos de sustentabilidade e consideração de impactos nas condições económicas e sociais presentes e futuras, tendo em conta a equidade entre países com diferentes contributos para a exaustão e sobre-exploração de recursos.

(7 valores)

II.

Especificação do princípio da proteção da confiança e dos pressupostos da sua aplicação (legitimidade das expectativas, atuação do Estado na solidificação, gravidade da frustração, ponderação com o interesse público); enquadramento da disrupção no setor energético na política de transição para a neutralidade carbónica, exemplificando com alterações no sistema de incentivos à produção de energia em função da fonte renovável/não renovável. O caso do Tratado da Carta da Energia.

(6 valores)

III.

Conceito de economia circular e políticas públicas para a circularidade. Especificação e explicação de casos de disrupção (direito do consumo, direito do consumidor, direito da concorrência), mas também de áreas de continuidade (direito dos resíduos, direito fiscal, etiquetagem e certificação ambiental).

(7 valores)